Acórdão: 24.982/25/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 15.000089116-12
Impugnação: 40.010158630-51 (Coob.)
Impugnante: Antônio de Assis Silva (Coob.)
CPF: 635.566.006-25
Autuado: Guilherme de Assis Vasconcelos
CPF: 105.590.066-75
Origem: DF/Ipatinga

EMENTA

ITCD - DOAÇÃO - FALTA DE RECOLHIMENTO/RECOLHIMENTO A MENOR - QUOTAS DE CAPITAL DE EMPRESA. Constatou-se que o Autuado recebeu doação de quotas de capital de empresa, conforme registro do contrato social na JUCEMG (Junta Comercial do Estado de Minas Gerais), constante dos autos, sem efetuar o recolhimento do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD. Infração caracterizada nos termos do art. 1º, inciso III da Lei nº 14.941/03. Corretas as exigências de ITCD e da Multa de Revalidação prevista no art. 22, inciso II da referida lei.

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS - ITCD - FALTA DE ENTREGA. Constatada a falta de entrega da Declaração de Bens e Direitos - DBD, contrariando a norma prevista no art. 17 da Lei nº 14.941/03. Correta a exigência da Multa Isolada do art. 25 da citada lei.

Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a falta de recolhimento do ITCD devido sobre a doação de 1.247.909 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e nove) quotas do capital social da sociedade empresária VG Participações Ltda, cuja irregularidade foi apurada mediante análise dos documentos integrantes do Relatório Fiscal. O citado relatório demonstra que o real negócio descrito na Cláusula 1.1.2 da Segunda Alteração Contratual da referida empresa trata-se de uma doação de pai para filho, recebida em 19/02/24 pelo Autuado.

Constatou-se também a falta da entrega da Declaração de Bens e Direitos (DBD) à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG, infringindo, desta forma, o art. 17 da Lei nº 14.941/03.

Exige-se ITCD, a Multa de Revalidação (50% - cinquenta por cento) e a Multa Isolada (20% - vinte por cento) previstas nos arts. 22, inciso II e 25 da Lei nº 14.941/03.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Coobrigado Antônio de Assis Silva foi incluído como responsável solidário pelo crédito tributário, na condição de doador, nos termos do art. 21, inciso III da Lei nº 14.941/03.

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente, Impugnação às págs. 115/131, contra a qual a Fiscalização manifesta-se às págs. 178/186.

DECISÃO

Conforme relatado, a autuação versa sobre a falta de recolhimento do ITCD devido sobre a doação de 1.247.909 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e nove) quotas do capital social da sociedade empresária VG Participações Ltda., cuja irregularidade foi apurada mediante análise dos documentos integrantes do Relatório Fiscal. O citado relatório demonstra que o real negócio descrito na Cláusula 1.1.2 da Segunda Alteração Contratual da referida empresa trata-se de uma doação de pai para filho, recebida em 19/02/24 pelo Autuado.

Constatou-se também a falta da entrega da Declaração de Bens e Direitos à SEF/MG, infringindo, desta forma, o art. 17 da Lei nº 14.941/03.

Exige-se ITCD, a Multa de Revalidação (50% - cinquenta por cento) e a Multa Isolada (20% - vinte por cento) previstas nos arts. 22, inciso II e 25 da Lei nº 14.941/03.

O Coobrigado Antônio de Assis Silva foi incluído como responsável solidário pelo crédito tributário, na condição de doador, nos termos do art. 21, inciso III da Lei nº 14.941/03.

Inicialmente, é importante destacar que a Empresa VG Participações Ltda. foi constituída em 09 de maio 2023, pelo sócio-fundador Antônio de Assis Silva. Na constituição da sociedade empresária, o capital subscrito foi de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Posteriormente, na Primeira Alteração Contratual, datada em 07 de agosto de 2023, o Sr. Antônio de Assis aumentou o capital social da empresa por meio da integralização de cinco imóveis que compunham o seu patrimônio pessoal, além de uma fração em moeda corrente nacional.

A presente autuação resultou da análise da Segunda Alteração Contratual da Empresa VG Participações Ltda, na qual consta a cessão, mediante contrato de compra e venda, da totalidade das quotas, sendo 1.247.909 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e nove) quotas para Guilherme de Assis Vasconcelos e 1.247.909 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e nove) quotas para Vitor de Assis Vasconcelos. A alteração do contrato foi assinada por Guilherme de Assis e Vitor de Assis, na qualidade de sócios-ingressantes, por Antônio de Assis, na qualidade de sócio-retirante, administrador e usufrutuário, e por Flávia Garcia Vasconcelos de Assis, na qualidade de interveniente-anuente e usufrutuária.

O Impugnante e o seu pai, o Sr. Antônio de Assis, celebraram contrato de compra e venda das quotas societárias da VG Participações Ltda. O Impugnante alega que a transação constante do contrato decorre de um planejamento tributário que

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

visaria a evitar a incidência do fato gerador do ITCD sobre toda a operação de uma única vez.

Afirma ele que, de boa-fé e com o fito de valer-se da elisão fiscal, o Sr. Antônio de Assis realizou uma doação de numerário para cada filho no valor de R\$ 475.173,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e três reais), sobre o qual o ITCD teria sido regularmente recolhido. Diz que, em contrapartida, o donatário se comprometeria a adquirir 475.173 (quatrocentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e três) quotas da sociedade, devendo os pagamentos serem efetuados até 31/12/30.

Da análise dos atos constitutivos e alterações contratuais posteriores da empresa, pode-se inferir que esta, de fato, foi constituída para fins de planejamento sucessório, com objetivo de agregar o patrimônio familiar para planejar a distribuição de bens para os respectivos herdeiros. A constituição de uma *holding* familiar possibilita a transferência de bens intervivos, antes do falecimento do patriarca, e permite que os doadores reservem o usufruto vitalício em favor de si, de modo a não ficarem desprotegidos diante da transferência prévia da herança.

Nota-se que o negócio jurídico de compra e venda das quotas da empresa VG Participações é uma tentativa do Sujeito Passivo de transmitir o seu patrimônio aos filhos sem recolher o imposto devido. A operação configura uma simulação relativa, em que o verdadeiro negócio jurídico realizado (negócio dissimulado) é a doação de quotas. Fato comprobatório se apresenta nos termos estipulados no contrato de compra e venda, apresentado pelos envolvidos, em que se possibilita a quitação da operação em pagamentos parciais sem valor fixo e sem periodicidade pré-determinada até 31 de dezembro de 2030. Ademais, o negócio jurídico não prevê nenhuma cláusula que estipule a incidência de correção monetária, juros, multa ou rescisão.

Além disso, o fato de o adquirente não ter apresentado nenhuma fonte de renda que possibilite a aquisição das quotas corrobora essa constatação. Portanto, diante de cláusulas contratuais que apresentam vantagens desproporcionais e incomuns em operações de compra e venda, adicionada à impossibilidade do filho de efetuar a contraprestação financeira necessária para cumprir sua parte no negócio, fica configurada a doação de bens.

Assim, segundo a Lei Estadual nº 14.941/03, tem-se o seguinte:

Lei nº 14.941/03

Art. 1º O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD - incide:

(...)

III - na doação a qualquer título, ainda que em adiantamento da legítima;

(...)

Percebe-se que a transferência das quotas da *holding* familiar materializa a hipótese de incidência do ITCD por se tratar de adiantamento de legítima. Destarte, não procede o entendimento do Impugnante, que defende a incidência do imposto apenas

CONSELHO DE CONTRIBUENTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

em momento futuro, visto que foi praticado o fato gerador no momento da cessão das quotas, sendo devido o ITCD nos moldes cobrados.

Dito isso, o cessionário, Guilherme de Assis, é o contribuinte do imposto, enquanto seu pai e doador, Sr. Antônio de Assis, é considerado responsável solidário, conforme os dispositivos abaixo da Lei Estadual nº 14.941/03:

Lei nº 14.941/03

Art. 12. O contribuinte do imposto é:

(...)

II - o donatário, na aquisição por doação;

(...)

Parágrafo único. Em caso de doação de bem móvel, título ou crédito, bem como dos direitos a eles relativos, se o donatário não residir nem for domiciliado no Estado, o contribuinte é o doador.

Art. 21. São solidariamente responsáveis pelo imposto devido pelo contribuinte:

(...)

III - o doador;

(...)

Além do imposto devido, incide multa de revalidação de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto, decorrente da ação fiscal realizada e multa isolada de 20% (vinte por cento) sobre o montante do imposto, pela não entrega da Declaração de Bens e Direitos, conforme o art. 22 e o art. 25 da Lei Estadual nº 14.941/03, respectivamente:

Lei nº 14.941/03

Art. 22. A falta de pagamento do ITCD ou seu pagamento a menor ou intempestivo acarretará a aplicação de multa, calculada sobre o valor do imposto devido, nos seguintes termos:

(...)

II - havendo ação fiscal, será cobrada multa de revalidação de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

(...)

Art. 25. O contribuinte que sonegar bens ou direitos, omitir ou falsear informações na declaração ou deixar de entregá-la ficará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) sobre o montante do imposto devido.

(...)

Evidenciada a ocorrência do fato gerador do ITCD, faz-se necessário analisar o que determina a Lei Estadual nº 14.941/03 sobre a base de cálculo do ITCD:

Lei nº 14.941/03

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 4º A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem ou direito recebido em virtude da abertura da sucessão ou de doação, expresso em moeda corrente nacional e em seu equivalente em Ufemg.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se valor venal o valor de mercado do bem ou direito na data da abertura da sucessão ou da avaliação ou da realização do ato ou contrato de doação, regulamento

(...)

E, especificamente quanto às quotas de sociedades empresárias, assim dispõe o Decreto Estadual nº 43.981/05:

Decreto nº 43.981/05

Art. 13. Em se tratando de ações representativas do capital de sociedade, a base de cálculo é determinada por sua cotação média na Bolsa de Valores na data da transmissão, ou na imediatamente anterior quando não houver pregão ou quando essas não tiverem sido negociadas naquele dia, regredindo-se, se for o caso, até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º No caso em que a ação, quota, participação ou qualquer título representativo do capital de sociedade não seja objeto de negociação ou não tiver sido negociado nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, a base de cálculo será o seu valor patrimonial na data da transmissão, observado o disposto nos §§ 2º a 4º deste artigo.

§ 2º O valor patrimonial da ação, quota, participação ou qualquer título representativo do capital de sociedade será obtido do balanço patrimonial e da respectiva declaração do imposto de renda da pessoa jurídica entregue à Secretaria da Receita Federal, relativos ao período de apuração mais próximo da data de transmissão, observado o disposto no

§ 3º deste artigo, facultado ao Fisco efetuar o levantamento de bens, direitos e obrigações. § 3º O valor patrimonial apurado na forma do § 2º deste artigo será atualizado segundo a variação da UFEMG, da data do balanço patrimonial até a data prevista na legislação tributária para o recolhimento do imposto.

§ 4º Na hipótese em que o capital da sociedade tiver sido integralizado em prazo inferior a cinco anos, mediante incorporação de bens móveis e imóveis ou de direitos a eles relativos, a base de cálculo do imposto não será inferior ao valor venal atualizado dos referidos bens ou direitos.

Dessa forma, a legislação estadual define o valor venal como base de cálculo do ITCD. Nos casos de transmissão de quotas que não sejam objeto de

negociação na Bolsa de Valores, o decreto em questão determina que o valor venal será obtido do balanço patrimonial e da respectiva declaração do imposto de renda da pessoa jurídica na data da transmissão. O uso de tais valores baseia-se em critério objetivo que atende à natureza do próprio imposto, eis que presta a aferir o valor real dos bens transferidos.

De acordo com o Apelação Cível nº 1.0000.22.243083-7/001, julgada em 15/02/23, quando o Fisco atualiza o valor venal dos bens imóveis que integram o ativo imobilizado à época da transferência (cujos valores não foram atualizados nos balancetes apresentados pela parte autora), não se trata de eleição de nova forma de aferição do valor transmitido ou de extrapolação dos critérios legais determinados. Na verdade, verifica-se a simples atualização dos bens, ao considerar que o valor patrimonial das quotas societárias transmitidas aumenta em razão do aumento do patrimônio líquido ante a valorização de imóvel que compõe seu ativo.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.22.243083-7/001

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL - ITCD - QUOTAS SOCIETÁRIAS - BASE DE CÁLCULO - VALOR PATRIMONIAL NA DATA DA TRANSMISSÃO - DIVERGÊNCIA DO FISCO QUANTO AO VALOR DECLARADO - ARBITRAMENTO - VALOR DE MERCADO DOS BENS IMÓVEIS QUE INTEGRAM O ATIVO IMOBILIZADO - POSSIBILIDADE - HOMOLOGAÇÃO PELA FAZENDA PÚBLICA - JUROS DE MORA E MULTA - INEXIGIBILIDADE. EVIDENCIADO QUE O VALOR DECLARADO PELO CONTRIBUINTE É INCOMPATÍVEL COM O VALOR DE MERCADO DOS BENS TRANSMITIDOS NA DATA DA ABERTURA DA SUCESSÃO, AUTORIZA-SE O FISCO A PROCEDER AO ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO. É LEGÍTIMA A BASE DE CÁLCULO APURADA PELO FISCO EM PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL DAS QUOTAS SOCIETÁRIAS TRANSMITIDAS, CONSIDERANDO O VALOR VENAL DOS BENS IMÓVEIS À ÉPOCA DA ABERTURA DA SUCESSÃO QUE INTEGRAM O ATIVO IMOBILIZADO, CUJOS VALORES NÃO FORAM ATUALIZADOS NOS BALANCETES APRESENTADOS PELA PARTE AUTORA. A DEFINIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOMENTE SE VERIFICA APÓS A AVALIAÇÃO DOS BENS PROCEDIDA PELA FAZENDA ESTADUAL, RAZÃO PELA QUAL O ITCD NÃO SERÁ EXIGÍVEL ANTES DA HOMOLOGAÇÃO DO CÁLCULO, NOTADAMENTE NO ESPECIAL CASO EM JULGAMENTO, EM QUE HOUE ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PELA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA EM DECORRÊNCIA DA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O VALOR INDICADO PELO CONTRIBUINTE E O VALOR VENAL DO BEM TRANSMITIDO. ASSIM, INDEVIDA A INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA E DE MULTA CONFORME EXIGIDO PELO FISCO ESTADUAL, APÓS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A CONTAR DA ABERTURA DA SUCESSÃO.

(GRIFOU-SE)

Já o § 4º do art. 13 do decreto citado acima determina que, caso o capital tenha sido integralizado em menos de 5 (cinco) anos, a base de cálculo dos bens não

poderá ser inferior ao valor venal atualizado dos bens ou direitos. Mas isso não impede que os demais imóveis sejam também reavaliados, visto que é um poder/dever da Administração Fazendária apurar a correta base de cálculo, em respeito ao princípio da capacidade contributiva. Dito isso, o valor venal é aquele que mais se aproxima do valor real dos bens recebidos, já que a incidência do imposto é exatamente sobre o acréscimo patrimonial auferido pelos donatários.

Sobre o valor da base de cálculo a ser considerado na avaliação de ações e quotas, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG decidiu, na Apelação Cível nº 1.0000.16.032075-0/001, que ele deve ser o mais próximo do valor real dos bens recebidos:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.16.032075-0/001

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - TRIBUTÁRIO - PRELIMINAR - ERRO NA INDICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA - REJEITADA - ESPÓLIO - ITCD - BASE DE CÁLCULO - TRANSMISSÃO DE COTAS SOCIETÁRIAS - VALOR DOS IMÓVEIS QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO DA EMPRESA - POSSIBILIDADE DE AVALIAÇÃO PELO FISCO - SEGURANÇA DENEGADA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1- TENDO A IMPETRAÇÃO SE DADO EM FACE DO ATO PRATICADO PELA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, TENDO SIDO O AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO APENAS APÓS A IMPETRAÇÃO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM ERRO NO APONTAMENTO DA AUTORIDADE COATORA. 2- A BASE DE CÁLCULO DO ITCD DEVE SER O VALOR QUE MAIS SE APROXIMA DO VALOR REAL DOS BENS RECEBIDOS, JÁ QUE A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO É, EXATAMENTE, SOBRE O EFETIVO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL AUFERIDO PELOS HERDEIROS. 3- É LEGÍTIMA A ATUAÇÃO DO FISCO, AO DISCORDAR DO VALOR DECLINADO NOS INSTRUMENTOS CONTÁBEIS DA EMPRESA E APURAR A BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO COM BASE NO LEVANTAMENTO REAL DOS VALORES DOS IMÓVEIS DA SOCIEDADE. 4- ANALISANDO-SE A REAL REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO E O VALOR DOS BENS RECEBIDOS, AFERE-SE O EFETIVO GANHO PATRIMONIAL DOS HERDEIROS, EM PROL DOS PRINCÍPIOS DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E EM CONFORMIDADE COM OS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NA LEI ESTADUAL Nº 14.941/2003 E NO DECRETO Nº 43.981/2005. 5- RECURSO NÃO PROVIDO, SENTENÇA DENEGATÓRIA MANTIDA.

(JULGAMENTO EM 09/11/16; PUBLICAÇÃO DA SÚMULA EM 10/11/16)

(GRIFOU-SE)

No julgado apresentado, os Impetrantes afirmaram que havia apenas uma única exceção à avaliação das quotas pelo seu valor patrimonial e que essa exceção se referia aos casos de avaliação do valor venal dos bens incorporados ao capital social nos últimos cinco anos anteriores ao fato gerador. Dito isso, defendem que a autoridade fiscal não pode reavaliar os imóveis que foram adquiridos pela empresa (imóveis não

incorporados ao seu capital social), devendo considerar o valor constante da escrituração contábil da sociedade.

No entanto, no voto supramencionado, afastou-se a fundamentação apresentada, afirmando que não deve prevalecer a interpretação apresentada pelos apelantes por não se tratar de uma única exceção legal a ser observada. Como ficou decidido, o ordenamento deve ser interpretado de forma sistemática e integrativa com o princípio da capacidade contributiva e o da justiça tributária, considerando o montante de transferência de riqueza havida.

No mesmo sentido, no julgamento do Agravo de Instrumento – Cv 1.0000.24.054521-0/001, datado em 20/06/24, consente-se que o valor de avaliação das cotas sociais doadas deve guardar relação com o valor dos imóveis que integram o patrimônio social da empresa. Importante ressaltar que o patrimônio social de uma empresa engloba todos os bens da sociedade, não se restringindo ao capital social integralizado.

Portanto, a base de cálculo a ser considerada para fins de transmissão de quotas deve ser condizente com o valor atualizado de todos os bens imóveis que compõem o patrimônio líquido da sociedade, incluídos os bens imobilizados ou imóveis integralizados há mais de 5 anos. Isso posto, reafirma-se que a base de cálculo aplicada no presente caso está em consonância com a legislação estadual e a jurisprudência do Estado de Minas Gerais.

Por fim, em que pese a solicitação de redução do valor do ITCD baseado na doação de numerário realizada previamente pelo Sr. Antônio de Assis Silva ao filho Guilherme de Assis Vasconcelos, é importante destacar que tal doação está desassociada do negócio jurídico em análise.

Na Segunda Alteração Contratual anexada, consta que o sócio-retirante, Antônio de Assis Silva, cede e transfere, mediante compra e venda, 1.247.909 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e nove) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), para o seu filho Guilherme de Assis Vasconcelos, sócio-ingressante. No contrato, consta que o cedente, os cessionários e a sociedade certificam a quitação plena e total das quotas transferidas no instrumento.

Conforme demonstrado no Termo de Intimação nº 433/2024, foi solicitado ao Impugnante que apresentasse documentos comprobatórios da sua capacidade financeira, a fim de subsidiar a operação de compra e venda. Em resposta à intimação, o Contribuinte apresentou “Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças”, que cita a possibilidade de quitação total das ações até 31 de dezembro de 2030, não apresentando nenhum comprovante de quitação sequer parcial do valor.

Ressalta-se que, somente na peça defensiva, o Impugnante apresentou “Contrato Particular de Doação de Dinheiro e Outras Avenças e Termo Aditivo ao Contrato Particular de Doação de Dinheiro e Outras Avenças”, ambos documentos assinados digitalmente no dia 23 de fevereiro de 2024.

No Termo Aditivo do Contrato de Doação, é estipulado que a doação de numerário, feita pelo Sr. Antônio aos seus filhos, terá como encargo subsidiar a aquisição das quotas. No entanto, não há coerência em doar numerário ao donatário e

futuro sócio-ingressante quando o doador poderia doar diretamente a quantidade de quotas equivalente ao valor em espécie transmitido.

Ademais, ressalta-se que não há nenhuma comprovação de que tenha ocorrido efetivamente a transferência do numerário para a aquisição das ações, visto que no “Contrato Particular de Doação de Dinheiro e Outras Avenças” consta que a tradição poderia ocorrer até 30/12/24. Além disso, o “Contrato de Doação de Numerário” e respectivo “Termo Aditivo” somente foram assinados pelos envolvidos dias após a assinatura da “Alteração Contratual”, sendo que nesta consta a quitação plena da transferência das quotas, de acordo com o item 1.3 da “Cessão de Quotas e Saída de Sócio”, que prevê que *“Cedente, Cessionários e a Sociedade dão-se, neste ato, a mais ampla, plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer título ou pretexto, em relação à cessão e transferência de quotas realizada neste instrumento”*.

Por todo o exposto, conclui-se pela ocorrência do fato gerador do ITCD no momento da transferência das quotas (sendo, então, já devido o imposto) e pela correta atualização da base de cálculo, de acordo com o entendimento jurisprudencial.

Ademais, o documento de doação de numerário apresentado não sustenta a aquisição das cotas pelo Autuado, motivo pelo qual a base de cálculo do ITCD não deverá ser reduzida.

Assim, caracterizada a infringência à legislação tributária, estando o crédito tributário regularmente formalizado e não tendo o Sujeito Passivo apresentado prova capaz de elidir o trabalho fiscal, corretas as exigências.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CCMG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Frederico Augusto Lins Peixoto e Mellissa Freitas Ribeiro.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2025.

**Gislana da Silva Carlos
Relatora**

**Geraldo da Silva Datas
Presidente / Revisor**

m/p